

# Mídia e democracia em debate: como os jovens interpretam o processo eleitoral de 2022?

Carla Baiense Felix

*Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Líder do Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq 2014).*

*E-mail: carlabaiense@id.uff.br*

Natália Kleinsorgen Bernardo Borges

*Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq 2014).*

*E-mail: nataliakbb@id.uff.br*

Renata Brás

*Mestra e doutora em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq 2014).*

*E-mail: renatabras@id.uff.br*

**Resumo:** Neste artigo relatamos a experiência de extensão realizada pelo Grupo Mídias, Redes e Jovens (MRJ/UFF) com adolescentes entre 14 e 16 anos, participantes do Projeto Graef, ONG sediada no município de Niterói, no Rio de Janeiro. A ação, voltada à promoção do letramento midiático e informacional, tinha como objetivo produzir uma reflexão sobre a relação entre o que circula nas redes sociais digitais e o que acontece na política. Desenvolvida num momento de extrema polarização, entre setembro e outubro de 2022, a experiência nos permitiu observar como os jovens produzem sentidos sobre cidadania em tempos de crise democrática.

**Palavras-chave:** eleições 2022; juventude; mídias; Projeto Graef; cidadania.

**Abstract:** This study describes the extension experience Grupo Mídias, Redes e Jovens (MRJ/UFF) carried out with teenagers aged from 14 to 16 years who were students of Projeto Graef, an NGO in the municipality of Niterói, in Rio de Janeiro. The action aimed at promoting media and information literacy sought to reflect on the relation between what circulates on digital social networks and what happens in politics. Developed at a time of extreme polarization, from September to October 2022, the experience enabled us to observe how young people show meanings about citizenship in times of democratic crisis.

**Keywords:** Elections 2022; Youth; Media; Projeto Graef; Citizenship.

Recebido: 01/04/2024

Aprovado: 07/10/2024

## 1. INTRODUÇÃO

A utilização do termo “Quarto Poder” para designar a função da imprensa nas democracias liberais aparece pela primeira vez no final do século XVIII, num discurso do deputado do parlamento inglês McCauley, ao se referir aos jornalistas presentes na tribuna. No contexto de uma democracia que surgia, esse seria o poder que representa os interesses da população em negociação com o governo político e, ao mesmo tempo, fiscaliza esse poder político que tende a ser tirano quanto ao povo que governa. Baseia-se, portanto, numa ideia de legitimidade para representar os interesses da sociedade e ao mesmo tempo abastecer a população de informações que lhe permita exercer sua cidadania. Conforme Traquina:

Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia ‘toda a sabedoria e toda a justiça da nação’. Mas, como é que essa opinião pública ia ser alimentada com os ingredientes necessários para que pudesse tomar suas decisões? Como podia essa opinião pública exprimir-se? Para Jeremy Bentham, a resposta era simples: a imprensa<sup>1</sup>.

Três séculos e muitas mudanças em formatos, rotinas, tecnologias e modelos de negócio depois, o jornalismo se encontra diante de um grande desafio, com a queda de credibilidade e concorrência de empresas de conteúdo não tradicionais. Segundo o relatório da Reuters de 2023<sup>2</sup>, o consumo de notícias a partir de fontes tradicionais, como TV e jornais impressos, caiu expressivamente na última década, revelando os contornos de uma “crise”. No Brasil, não só isso, mas os altos índices de respondentes que revelam “evitar” o noticiário precisa ser visto num quadro político de extrema polarização e desinformação.

Para Brisola e Bezerra, a desinformação “envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. Não é necessariamente falsa [...]”<sup>3</sup>. O uso político dessa estratégia como arma eleitoral em diversos países chamou a atenção de governos e movimentos em defesa da democracia e do direito à informação em todo o mundo.

Embora o Brasil já vivesse um cenário de opacidade no que diz respeito à mídia tradicional<sup>4</sup>, o uso proposital de estratégias desinformativas, apoiadas em tecnologias sofisticadas, como algoritmos e *bots*, pode ser responsável por trazer mais instabilidade e desconfiança aos cidadãos e consumidores de informação. Ainda segundo o relatório da Reuters<sup>5</sup>, em uma década a credibilidade da imprensa caiu de 50% para 12%. No caso das TVs, a queda foi de 75% para 51%. Na contramão, as mídias sociais cresceram 10 pontos percentuais, de 47% para 57%, atingindo um pico em 2016. Naquele ano, assistimos ao impeachment da presidenta do Brasil Dilma Rousseff, eleita democraticamente para seu segundo mandato e inocentada em 2023 do crime que levou o então presidente do Congresso, Eduardo Cunha, a abrir o processo contra ela.

1. TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. p. 47.

2. NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital news report 2023**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023.

3. BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., Londrina, 2018. **Anais [...]**, Marília: ENANCIB, 2018. p. 3319.

4. PROJETO voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil. **Intervozes**, São Paulo, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projeto-voltado-a-transparencia-da-midia-e-lancado-no-brasil/>.

5. NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital...Op. cit.**

Consideramos que a “crise de confiabilidade” enfrentada pelo jornalismo em vários países não pode ser compreendida sem uma reflexão a respeito de sua relação com as democracias liberais e o descrédito pelo qual estas vêm passando nos últimos anos. Para autores como Luciana Ballestrin<sup>6</sup>, o enfraquecimento das instituições, como a imprensa, é próprio do processo de “desdemocratização” que vimos assistindo e visa contrapor qualquer obstáculo à expansão do capital. Não se trata, portanto, de um rompimento, mas de um movimento de reorganização capitalista e de seu arcabouço político.

No Brasil, esse movimento ganha contornos peculiares, considerando o abismo entre os ideais democráticos e as oportunidades disponíveis para os diferentes estratos da população. Somam-se a isso a concentração da mídia e sua vinculação a interesses econômicos e políticos, seja via financiamento, seja a partir da concentração da propriedade, numa visível afronta à constituição e à garantia democrática de liberdade de expressão e direito à informação, pilares fundamentais de qualquer democracia. Temos, portanto, um cenário de “cidadania inconclusa”<sup>7</sup> e “opacidade midiática”<sup>8</sup>, o que nos leva a perguntar a quem serviu o nosso vacilante sistema democrático.

Nas eleições brasileiras de 2022, mais uma vez assistimos ao ataque à democracia “por dentro”. Jair Bolsonaro, candidato à reeleição presidencial pelo Partido Liberal (PL), questionou a lisura de instituições como o Tribunal Superior Eleitoral, proferiu discursos de ódio contra jornalistas e pôs em xeque o sistema de urnas eletrônicas. Plataformas de comunicação e redes sociais digitais tornaram-se armas políticas<sup>9</sup> para minar a confiabilidade no processo, produzindo um cenário de desinformação e instabilidade.

Nesse contexto, pesquisadores<sup>10</sup> têm questionado a existência de condições materiais e substantivas para que uma nova cultura política juvenil se materialize no Brasil. Além disso, como temos observado a partir das pesquisas citadas e na experiência que inspira este artigo, o legado político que essas novas gerações recebem levam a um descrédito na política institucional como via de superação de conflitos.

O ceticismo, a hostilidade e a desconfiança em relação às instituições e seus representantes, no entanto, não são apenas produto da corrupção, ineficiência e outras mazelas de um sistema que nunca concretizou sua promessa de prosperidade para todos e todas. Eles são, também, sintomas de um projeto de enfraquecimento das instituições que se colocam no caminho do capitalismo ultraliberal.

Diante de um cenário de desordem comunicacional e crise democrática, engajar as juventudes em processos políticos torna-se um grande desafio. Nesse contexto, realizamos uma ação de extensão<sup>11</sup> junto a um grupo de adolescentes e jovens oriundos de escolas públicas, entre 14 e 16 anos, entre setembro e outubro de 2022. O objetivo era promover uma reflexão sobre a relação entre mídia e política e seus desdobramentos no cotidiano, a partir de uma ação voltada ao letramento midiático e informacional. A iniciativa foi feita em parceria com o Projeto Grael, uma ONG que atua na área da educação por meio de esportes náuticos, sediada em Niterói, Região metropolitana do Rio de

6. BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. O debate Pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 17 mar. 2024.

7. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

8. PROJETO... Op. cit.

9. BRAGA, Adriana; MONTENEGRO, Claudia. Plataformas, neoliberalismo e o ativismo dos bots: o legislativo e a sociedade a boque da desinformação. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 46, p. e2023130, 2023.

10. BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; BAQUERO, Marcello. Juventude e Cultura Política na Era da Pós-Verdade: Avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake news e política. *Conexão Política*, v. 10, n. 1, p. 5-28, 2021; FELIX, Carla Baiense; ROCHA; Victor Nascimento; CASTRO, Patrícia Fernandes Viana Franco. MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro Mendes; FONTES, Helen Pinto de Brito. Juventude e trauma geracional: como os jovens brasileiros respondem à pandemia e à infodemia da Covid-19. *Liinc em Revista*, v. 17, n. 1, p. e5708, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5708. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5708>. Acesso em: 11 set. 2024; PORTAS, Isabela Afonso. *Literacia midiática e juventude: caminhos para a formação de cidadãos políticos no combate à desinformação*. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2023; SPINELLI, Egle Müller; PORTAS, Isabela Afonso. Mídia e desinformação: consumo de notícias políticas pelos jovens paulistas. *Esferas*, n. 29, 2024.

11A experiência se configura como ação de extensão aprovada em Colegiado do Departamento de Comunicação Social, registrada no Sigproj e realizada em parceria com o Projeto Grael. Nesse sentido, prescinde de aprovação no Comitê de Ética da Universidade.

Janeiro. Neste artigo, fazemos um relato da experiência, tendo em perspectiva os sentidos sobre cidadania produzidos na interação com as juventudes.

## 2. CIDADANIA INCONCLUSIVA

Luciana Ballestrin<sup>12</sup> argumenta que o crescimento das manifestações de violência estatal e social não apenas expressam a ascensão de um populismo e autoritarismo que se revelam sem disfarces, mas são a outra face de um sistema estruturalmente violento, que desde a sua origem esteve atrelado à expansão do capital.

Por aqui, a exclusão de vastas camadas da população do sistema eleitoral explícita de maneira emblemática o tipo de democracia que vivenciamos. Na primeira eleição do Brasil enquanto país livre e independente, em 1824, apenas homens com 25 anos ou mais e renda mínima de 100 mil réis podiam votar nas primárias, aquelas que escolhiam os eleitores, de fato. Estes, incumbidos de escolher efetivamente os representantes para as casas legislativas de cada estado e do Distrito Federal, precisavam de uma renda mínima de 200 mil réis.

Mulheres, pessoas escravizadas e jovens não eram considerados cidadãos, portanto, não tinham direito ao voto. Ou seja, somente homens a partir de 21 anos, pais de família e trabalhadores de apenas alguns setores, como repartições públicas, tinham direito ao voto. Em 1881, a restrição ao voto para pessoas não alfabetizadas reduziu ainda mais o percentual da população livre votante – de 13% para 0,8%.

A chegada da República, que substituiu a monarquia, trouxe uma nova constituição, e convocou novas eleições, mas manteve as restrições à participação no processo eleitoral. Segundo Gomes<sup>13</sup>, apenas 2% dos brasileiros participaram da escolha do primeiro presidente civil do país. A exclusão velada ou explícita de mulheres, jovens, pessoas negras, indígenas e pobres do processo eleitoral resultou numa “democracia” para poucos: homens brancos e letrados. Apenas em 1932 as mulheres tiveram reconhecido seu direito ao voto, enquanto pessoas iletradas votaram pela primeira vez em 1985, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967. A aprovação do voto facultativo para jovens com menos de 18 e mais de 16 anos ocorreu na constituinte de 1988.

A esse déficit de participação política correspondeu, igualmente, um déficit de direitos sociais e econômicos. Nesse sentido, a “crise” do atual modelo de democracia liberal apresenta, no Brasil, contornos peculiares, uma vez expressa as contradições de modelos históricos excludentes e produtores de profundas desigualdades da raça, classe, gênero, idade e território. Apesar disso, podemos reconhecer nela os componentes de um processo vivido em outras partes do mundo, onde os entraves à expansão do mercado vêm sendo demolidos a partir de processos eleitorais legítimos, embora contraditórios. Conforme Ballestrin:

[...] o insulto, a ofensa, a agressão, tornam-se linguagem comum de uma forma de fazer política – questionável posto que não política – nas redes sociais virtuais, na televisão, nos metrô, nas ruas. Cada vez mais a eliminação do outro é

12. BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. O debate... Op. cit.

13. GOMES, Laurentino. 1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

incorporada pelo léxico da pós-democracia, em um sentido oposto à passividade amorfa implícita na citação acima. O prefixo “pós” vai dando lugar ao “anti”, com ajuda indispensável do crescente elogio à ignorância e ao antiintelectualismo<sup>14</sup>.

### 3. JOVENS E POLÍTICA

Nesse contexto de cidadania regulada e crise democrática, o descrédito da juventude no modelo atual de democracia participativa preocupa educadores. Isso porque se aprende a exercer a cidadania através de uma prática cotidiana. Considerando nosso histórico de exclusão e longos períodos de privação democrática, questionamos a possibilidade desse exercício.

Cidadania, nesse sentido, não se relaciona apenas ao manejo das ferramentas de participação, mas às possibilidades de efetiva participação política. Dadas as contradições do modelo democrático vigente nas sociedades ocidentais, é difícil enxergar espaços para o exercício da cidadania nas democracias liberais, sobretudo entre os jovens.

Na Pesquisa Agenda Juventude Brasil<sup>15</sup>, realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), da Secretaria Geral da Presidência da República, entre abril e maio de 2013, 54% dos jovens brasileiros responderam que a política era muito importante, mas só 30% declararam acreditar na participação política através dos partidos. Dos jovens entre 16 e 18 anos incompletos, portanto aptos a tirarem o título de eleitor, 2/3 o haviam feito. E as formas de atuação política mais frequentes nas respostas obtidas foram a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas (46%) e em associações ou coletivos (45%).

Os percentuais corroboram uma sensibilidade expressa naquele mesmo ano, quando jovens – mas também outros grupos populacionais – tomaram o Brasil em protestos. As manifestações de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho”, aliás, foram também capitalizadas por grupos políticos à direita que, dizendo-se “antipolítica” e “antipartido”, se apropriaram do descontentamento manifestado nas ruas como combustível para um golpe de estado, em 2016, e para a ascensão da extrema direita, em 2018. A esta altura, pesquisadores já apontavam para o papel das redes sociais na composição deste cenário<sup>16</sup> (Schneider et al, 2014).

Em 2022, mais uma vez assistimos a uma campanha eleitoral polarizada entre dois candidatos, com ampla circulação de desinformação, mobilizando as redes sociais digitais e os aplicativos de mensagem. Diante de um cenário mais amplo marcado por discursos que minam a democracia “por dentro”, e tendo à frente mais um pleito presidencial, realizamos uma série de oficinas baseadas em ações de letramento midiático e informacional com um grupo de jovens entre 14 e 16 anos.

Participantes do Projeto Grael, instituição não governamental que promove ações educativas e profissionalizantes a partir da prática de esporte náuticos, sediada em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, oriundos de escolas públicas do município, e moradores de comunidades periféricas próximas

14. BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. O debate... Op. cit.

15. BRASIL. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.



à sede da ONG, os jovens revelaram aspectos sobre a circulação de informação e desinformação e produção de sentidos, em pleno período eleitoral. Neste artigo, relatamos essa experiência de extensão e o que ela nos diz sobre a relação dos jovens e adolescentes com a mídia e a política. Também revela os desafios da democracia no Brasil contemporâneo, a partir de um olhar atravessado pela condição de raça, classe, gênero, idade e território.

A ação, em parceria com o Projeto Graef, fez parte do Projeto de Extensão Mídias, Redes e Jovens (MRJ) vinculado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense e integrado por docentes e discentes do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Durante os dias 26 de setembro e 03 e 10 de outubro de 2022, estivemos na sede da ONG, em Jurujuba, bairro litorâneo de Niterói, para debater com um grupo de adolescentes e jovens a relação entre o ambiente informacional e a política, a partir do cotidiano. O objetivo da ação era promover um aumento nos níveis de conhecimento sobre processos midiáticos e informacionais e suas conexões com a política entre o grupo, além de observar como se dá essa relação do ponto de vista das juventudes.

#### 4. METODOLOGIA E CAMPO

Era um momento conturbado, social e midiaticamente reconhecido como “polarizado”<sup>17</sup>, às vésperas das eleições presidenciais de 2022, quando oferecemos a disciplina Práticas de Extensão II como cadeira optativa para o curso de Jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF). O que se segue são observações realizadas por nós, um combinado de impressões do grupo participante dessa experiência de extensão (os alunos da graduação da UFF, duas doutorandas extensionistas, uma coordenadora de projeto/professora da disciplina e os jovens inscritos no projeto social com quem fomos dialogar, o Projeto Graef).

Localizado no bairro histórico de Jurujuba, em Niterói (RJ), o Projeto Graef é uma organização não governamental (ONG) que trabalha com o esporte educacional e afirma como seu objetivo a democratização do acesso de crianças e jovens à prática dos esportes náuticos, como vela e canoagem, historicamente compreendidos como práticas destinadas a pessoas de classes ricas. Fundada em 1998 pelos medalhistas olímpicos Lars Graef, Torben Graef e Marcelo Ferreira, a instituição encontra-se em um local que hoje abriga principalmente antigos moradores na vila de pescadores, comunidades e favelas do entorno – como o morro do Peixe Galo, localizado exatamente em frente à sede do projeto, e Salinas. Além da prática de esportes no mar, o projeto pedagógico da ONG prevê oficinas profissionalizantes, educação ambiental e ações voltadas para a cidadania – o que possibilitou nossa entrada e nosso trabalho com os jovens.

Nosso primeiro contato foi via e-mail com a coordenação pedagógica, que prontamente acolheu nosso projeto de colocar em interação universidade e projeto social. A escolha pela instituição se deu devido a um contato prévio

16. MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019; SCHNEIDER, Marco; PERISSÉ, Camille; KLEINSORGEN, Natália. Trotsky e o Facebook: as “jornadas de junho”, o problema da estratégia e a disputa nas (novas e velhas) mídias. *Liinc em Revista*, v. 10, n. 1, p. 69-85, 2014.

17. FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

de uma das extensionistas, que havia ocupado um cargo de trabalho no local. Nosso objetivo, na primeira reunião com a coordenação, era nos apresentar, conhecer o perfil dos jovens com quem iríamos realizar nossas atividades e compreender as demandas identificadas pela profissional responsável pelos conteúdos didáticos.

Na ocasião, (1) fomos comunicadas de que teríamos contato com jovens entre 16 e 18 anos, em idade de participarem de suas primeiras eleições, o que mais tarde se mostrou equivocado; (2) apresentamos a perspectiva do letramento midiático e informacional, bem como a proposta metodológica de utilizar rodas de conversa<sup>18</sup> (Moura e Lima, 2014); e (3) alinhamos que o tema seria o processo eleitoral e as notícias falsas que circulavam nas redes sociais e grupos on-line durante esse processo.

Um dos desafios que encontramos, no entanto, ao chegarmos ao auditório da instituição, onde nossos encontros aconteceram, foi o de percebermos que os jovens que ali estavam tinham entre 14 e 16 anos. A maioria ainda não estava em idade de participar dos pleitos eleitorais. Mesmo assim, mantivemos nosso planejamento, apostando na ideia de que, àquela altura, todos os envolvidos tinham contato com o debate político partidário que permeava a sociedade brasileira – e, conseqüentemente, com as redes sociais virtuais utilizadas por eles, principalmente Instagram e TikTok. Além disso, foi de entendimento dos alunos da UFF, que desenvolveram e roteirizaram os encontros, que nunca é cedo para debater a influência de políticas sociais nas vidas dos jovens.

A partir da definição do método (rodas de conversa), da duração e dos dias dos encontros (três no total), iniciamos a preparação do grupo de extensionistas que iria realizar a ação no campo. Durante um mês, discutimos os fundamentos do letramento midiático e informacional e as teorias da desinformação e sua relação com processos políticos. Também foram debatidos os desafios para o trabalho com jovens e adolescentes. A partir desses encontros iniciais, definimos os temas das rodas de conversa e o grupo de extensionistas se distribuiu em três, a partir das afinidades com cada uma das temáticas. Cada um dos subgrupos preparou um dos encontros e, antes de ir a campo, fez uma breve apresentação para o coletivo sobre os conteúdos e as dinâmicas definidas, a fim de alinhar e estabelecer uma linguagem comum a todos.

As rodas contavam com um número que variava entre 25 e 30 participantes, dos 14 aos 16 anos, majoritariamente do sexo masculino (aproximadamente 30% eram do sexo feminino). Já o grupo de extensionistas era formado em sua maioria por mulheres jovens, composto por cinco a oito pessoas por encontro, sendo uma coordenadora e duas estagiárias docentes. Os encontros começavam regularmente com uma breve apresentação de todos e todas, que informavam seu nome, idade e território. Também era explicado o objetivo da visita e fornecidas informações sobre a UFF, o curso de Jornalismo e o significado da extensão universitária. Os grupos praticamente se mantiveram nos encontros, com uma pequena diferença considerando algumas faltas. Assim como a maioria das e dos jovens e adolescentes do projeto, algumas de nossas

18. HENARES DE MELO, Marcia Cristina; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: Uma Proposta Metodológica para a Construção de um espaço de Diálogo no ensino médio. *Imagens da educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

estudantes frequentaram escolas públicas e, dentre elas, havia pessoas negras e pardas, muitas ainda bem jovens, o que pode ter contribuído para gerar identificação com nossas e nossos interlocutores.

A visita do primeiro grupo aconteceu no dia 26 de setembro e, como tínhamos em mente um público apto a votar, ou seja, maior de 16 anos e com título de eleitor, nossa proposta inicial seria orientar os recém eleitores a perceberem não só a importância do voto, mas também como a política perpassa o cotidiano e nos afeta diretamente. Dessa maneira, planejamos apresentar o conceito de política desde a sua base, passando pelo modelo democrático do Brasil.

Foram definidos três temas, um para cada encontro, tentando estabelecer um link entre mídia e política a partir do cotidiano juvenil: (1) O que é política; (2) Desinformação e checagem, influenciadores e opinião, bolhas e algoritmos; e (3) Meu primeiro voto.

### Quadro 1: Temas dos grupos observados

Temas por Grupos	Data	Atividade escolhida
<b>Grupo 1:</b> O que é política?	<b>26/09</b>	Roda de conversa "O que é política para você?"; Debate sobre como a política está inserida nos nossos cotidianos; Exposição teórica: as três esferas do poder político brasileiro: Executivo, Legislativo e Judiciário; Quiz sobre o conteúdo apresentado.
<b>Grupo 2:</b> Desinformação, checagem; influenciadores e opinião; bolhas e algoritmo	<b>10/10</b>	Debate sobre uso das redes sociais e os influenciadores que eles "acompanham"; Observação das timelines de cada um para observar como as "bolhas de conteúdo" acontecem; Apresentação de conteúdo teórico sobre o que são notícias falsas e como combatê-las; Dinâmica utilizando exemplos conhecidos de <i>fake news</i> , como o "disco da Xuxa" e a "grávida de Taubaté".
Grupo 3: "Meu primeiro voto"	31/10 (dia seguinte ao segundo turno das eleições)	Apresentação da trajetória do processo político-eleitoral no Brasil; Diálogo com alunos sobre curiosidades históricas envolvendo "minorias políticas" e democracia; Quiz sobre o conteúdo apresentado; Distribuição de formulários para avaliação da experiência de extensão.

Fonte: Informações recolhidas a partir dos relatórios produzidos pelas orientandas e estudantes da UFF.

Inicialmente pensamos em realizar todas as rodas antes do período eleitoral, mas por questões de agenda só o primeiro encontro aconteceu antes do primeiro turno das votações, ocorrido no dia 2 de outubro. Nossa intenção era



de que os e as jovens pudessem observar o processo eleitoral inspirados por nossas discussões.

A cada roda pedíamos que os participantes se apresentassem e falassem sobre algum hobby ou preferência. Embora breve, o momento servia para estabelecer um elo e “quebrar o gelo”, enquanto passávamos a mensagem de que os cotidianos e gostos deles eram do nosso interesse, o que acreditamos ser importante para encaminhar um processo de troca e escuta. Ao final, realizamos um quiz, com perguntas referentes ao conteúdo trabalhado naquele dia.

O primeiro encontro foi o mais desafiador, uma vez que os e as jovens não nos conheciam, nem sabiam os temas que seriam tratados por nós. Consideramos que o fato de estudantes de graduação jovens, alguns deles vindos de escolas públicas, poderia amenizar as assimetrias entre os dois grupos. De fato, a abordagem dos estudantes de jornalismo da UFF, que trouxeram a política para o cotidiano, funcionou como uma estratégia para aproximar os jovens participantes do Grael de um tema considerado “chato”, nas palavras dos próprios.

Uma das surpresas para nossos interagentes foi a descoberta de que o próprio projeto tinha patrocínio de empresas privadas via Lei de Incentivo ao Esporte, portanto, a partir de uma política pública. A partir disso, dialogamos sobre a importância de verificar as propostas de candidatos políticos para as áreas consideradas importantes para o dia a dia de cada um deles.

O grupo explicou, ainda, o funcionamento dos três poderes, e como a política municipal, estadual e federal se relacionam. O quiz foi elaborado de forma a relacionar situações cotidianas baseadas na realidade material para construir um raciocínio cidadão a partir da consciência político-social. A expectativa era que os alunos devolvessem seus entendimentos sobre o papel de cada cargo político responsável pela solução do problema, demonstrando articulação crítica sobre a função exercida pelos agentes na vida pública e as possibilidades de cobrança da população.

O segundo encontro, realizado dia 10 de outubro, na sede da ONG, teve como tema “Desinformação e checagem, influenciadores e opinião, bolhas e algoritmos” e articulou, propriamente, os conhecimentos dos e das estudantes de jornalismo com o contexto político mais amplo. Nessa roda foram mobilizados conceitos do campo do letramento midiático e informacional, revelando como algoritmos, estratégias de impulsionamento e *bots* estruturam a circulação de conteúdos nas redes sociais digitais e plataformas de comunicação. Os jovens foram convidados a observar o que aparece em seus próprios perfis e pensar nas lógicas por trás dos processos de circulação.

Também tratamos da desinformação que circula em redes sociais offline, como a lenda sobre a mensagem subliminar do “CD da Xuxa”, que surpreendentemente ainda chega para os jovens. Outros exemplos do campo político *stricto sensu*, como “queimadas na Amazônia”, também foram apresentados para a discussão. Por fim, as e os extensionistas recomendaram o curso online gratuito “Vaza, Falsiane!”, para quem se interessasse em conhecer melhor o assunto.

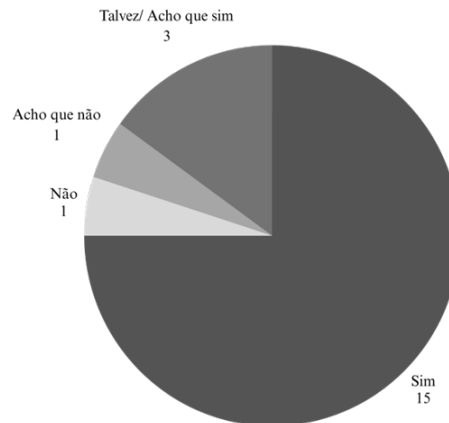
No terceiro e último encontro, em 31 de outubro, um dia depois do segundo turno das eleições, a proposta apresentada relacionava o voto à manutenção da democracia. Apenas uma pequena parte da audiência já tinha atingido a idade mínima para tirar o título de eleitor. Ainda assim, não se mostrou muito interessada em votar. Os extensionistas dividiram sua experiência pessoal sobre a primeira vez em que votaram. Lembraram, ainda, que o voto nem sempre foi permitido no Brasil, e apresentaram uma linha do tempo mostrando os períodos em que não houve eleições diretas. A estratégia era valorizar o voto, considerando que esse é um direito nem sempre assegurado.

Articulando mídia e política, as e os extensionistas falaram sobre propaganda eleitoral, pesquisas de opinião e boca de urna. Informaram como cada cidadão pode se manifestar politicamente durante as eleições sem cometer crime eleitoral e falaram sobre a prática de compra de votos.

Por fim, foi aplicado um questionário de avaliação em que cada participante era convidado a dar sua opinião sobre a atividade. Perguntamos: “Você acha que a atividade ajudou a entender melhor o funcionamento da política?”; “Você acha que a atividade ajudou a entender o que é a desinformação e como checar as informações que circulam nas mídias?”; “Você gostaria de participar de outras rodas de conversa com o grupo?”; “Se gostaria, que temas mais interessariam?” Ao todo, 20 jovens responderam ao questionário.

Para a primeira pergunta, “Você acha que a atividade ajudou a entender melhor o funcionamento da política?”, tivemos 15 “sim”, e um “não”. As outras respostas variaram entre “talvez”, e “acho que sim”. Um aluno respondeu “acho que não”, outro acrescentou que “Conheço a política e quem tem o mínimo de entendimento sabe como funciona”.

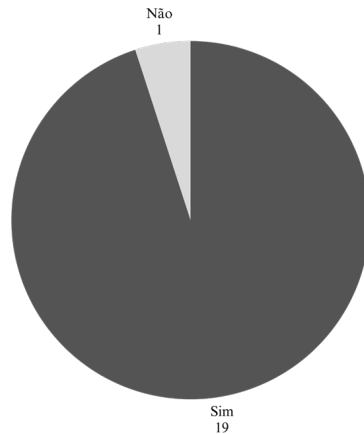
**Gráfico 1:** “Você acha que a atividade ajudou a entender melhor o funcionamento da política?”



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

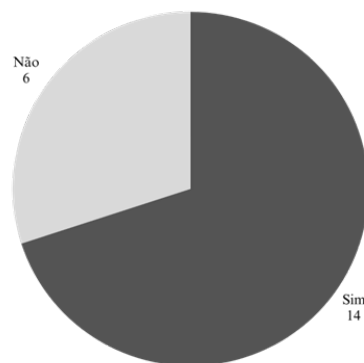
Na segunda pergunta, “Você acha que a atividade ajudou a entender o que é a desinformação e como checar as informações que circulam nas mídias?”, tivemos 19 “sim”; e um “não”. Na terceira questão, “Você gostaria de participar de outras rodas de conversa com o grupo?”, tivemos 14 “sim” e seis “não”; sendo que um afirmou “não! Quero velejar” e outro “sim, mas que não seja sobre política”.

**Gráfico 2:** “Você acha que a atividade ajudou a entender o que é desinformação e como checar informações que circulam nas mídias?”



Fontes: elaborado pelas autoras (2024)

**Gráfico 3:** “Você gostaria de participar de outras rodas de conversa com o grupo?”



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Por último, “Se gostaria, que temas mais interessariam?”, tivemos as seguintes respostas: “tudo menos política”; “mar”, “jogos e esportes”; “sobre futebol e futevôlei”; “sei lá”; “futebol, Clube de Regatas Vasco da Gama”; “Flamengo”; quatro pessoas responderam estritamente “futebol”; “vela”; “arte, teatro, esporte”; “sobre

esportes diferenciados”; “esportes, racismo, homofobia”; “o mesmo”; “racismo e homofobia”; duas respostas foram “tecnologia”; e dois responderam apenas “sim”.

## 5. O QUE A JUVENTUDE NOS DIZ?

O diálogo da academia com jovens e adolescentes é continuamente marcado por assimetrias produzidas nas intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, território e outros marcadores sociais de diferença que tornam essa uma atividade desafiadora. Assim como o campo, a interpretação dos dados também é atravessada pela posição das sujeitas interpretantes, seus repertórios e valores, e aqueles repertórios e valores das sujeitas e sujeitos produtores dos “dados” observados. Portanto, o que trazemos aqui são apontamentos, não conclusões definitivas, a partir do que nossas e nossos interagentes trouxeram à tona e do que foi possível registrar e refletir na interação com elas e eles. Também é produto de uma reflexão coletiva, realizada com o grupo de extensionistas, sem o qual não haveria ação. Nesse sentido, trazemos alguns apontamentos que nos ajudam a compreender a relação entre mídia e política na percepção das juventudes abordadas.

O público inicial da ação seriam os jovens que acabaram de tirar o título de eleitor e participariam da sua primeira eleição. No entanto, poucos efetivamente tinham idade para votar e menos ainda haviam tirado o título, o que foi mais desafiador para provocar interesse pela atividade. Cabe ainda dizer que as oficinas foram realizadas antes da atividade principal e mais concorrida do projeto, as aulas de vela, portanto, num momento de extrema expectativa para as pessoas que frequentam o espaço.

Ao final das apresentações, os jovens e adolescentes já estavam mais engajados no modelo pergunta e resposta e responderam bem às provocações seguintes, o que as extensionistas avaliaram como uma resposta positiva ao método do quiz, rompendo com a estrutura de ensino formal e criando um desafio lúdico, compartilhado por eles nos espaços de convivência permeados por práticas esportivas.

Ao longo do processo, compreendemos que eles deram suas opiniões sobre política com honestidade, fossem favoráveis a “discutir política” ou totalmente contra. A recusa ou falta de interesse manifestados vão ao encontro do que a literatura revela sobre o “legado político” que as novas gerações vêm recebendo no Brasil e de como isso influencia sua visão sobre a política. Quando perguntamos diretamente sobre o que é política para eles, houve uma hesitação, porém, assim que começamos a relacionar política com atividades do dia a dia, eles próprios trouxeram outros exemplos do cotidiano que eram afetados diretamente por decisões políticas. Ao final do primeiro momento, o grupo, em sua maioria, demonstrava interesse pela atividade. De forma contraditória, até aqueles que diziam não gostar de política sabiam muito bem do que se tratava e a vivenciavam ativamente em seu cotidiano.

É interessante notar como alguns dados publicados pela Reuters na última edição do Digital News Report<sup>19</sup> se relacionam com as respostas que ouvimos dos jovens no Projeto Grael. Dentre outros aspectos, o estudo revelou que nunca foi tão grande, em termos globais, o consumo de notícias via redes sociais virtuais, como o Instagram e o TikTok — 30% das pessoas, comparado a 22% que preferem o acesso diretamente pelos canais da imprensa online. Essa “virada” teria acontecido principalmente pelo acesso dos jovens entre 18 e 24 anos, que preferem consumir esse tipo de conteúdo por meio de vídeos divertidos, áudios e textos, e dar mais atenção às notícias quando divulgadas por influenciadores do que por jornalistas de veículos tradicionais. Entre o nosso grupo, também pudemos observar tal preferência, tendo destacado as contas da “Choquei”<sup>20</sup>, como um local duvidoso, mas por onde ainda acompanhavam as notícias; e, em relação a perfis individuais, citaram alguns episódios nos quais atletas de futebol que eles acompanham e se inspiram se posicionaram sobre política. Contaram como eles se relacionavam com esse tipo de conteúdo, quando veiculado por alguém considerado por eles como “influenciador”. Em geral, destacaram como interessante saber o posicionamento político dos jogadores, mas, que não era exatamente o tipo de informação que buscavam, ao acessarem tais páginas.

Sobre o Brasil, temos ainda: (1) uma tendência global que se repete aqui é a perda de espaço do Facebook como fonte de notícias, entre 2016 e 2023. Embora ainda seja a principal, marcas como TikTok, WhatsApp, Instagram e YouTube ganharam terreno. Entre os jovens e adolescentes com os quais dialogamos, Instagram e TikTok são as principais redes acessadas, seguidas por YouTube e Twitter; (2) o Facebook caiu 12 pontos percentuais em dois anos, e agora fica atrás do Instagram como aplicativo para consumo de notícias. O TikTok foi a plataforma de maior crescimento nessa área – o que também se demonstra entre nosso grupo; (3) 51% dos brasileiros utilizam o TikTok para acompanhar notícias políticas; 36% para assuntos relacionados à saúde; 37% para notícias sobre o clima; e 47% para assuntos divertidos. Esses dados nos permitem inferir mais uma vez que, ainda que aleguem ter desinteresse pelo assunto, algumas vezes descrito como “chato”, ou “saturado”, esse é o tema mais consumido nas redes sociais acessadas por eles; (4) o TikTok tem sido muito mais utilizado para receber notícias sobre política em países como Peru, Quênia e Brasil, onde tem sido utilizado pelos jovens inclusive para organizar protestos políticos — muito mais do que, por exemplo, nos Estados Unidos, Canadá e Singapura; e (5) embora alguns participantes do projeto tivessem afirmado “evitar” notícias políticas em tempos de disputa eleitoral, fenômeno conhecido como “evasão de notícias”, a pesquisa mostra que brasileiros estão evitando menos as notícias do que o público de outros países. Ou seja, evitar esse tipo de conteúdo é uma tendência mundial menos aderida no Brasil, o que faz sentido entre os jovens do projeto, que talvez não consumam notícias nos sites tradicionais de jornalismo, mas não deixam de se inteirar dos assuntos pelas redes sociais digitais.

Observamos ainda que os jovens e adolescentes tinham bastante conhecimento sobre as dinâmicas de algoritmos e bolhas nas redes sociais. Outra

19. NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. Digital... Op. cit.

20. Criada pelo brasileiro Raphael Sousa Oliveira, em 2014, “Choquei” nasceu com o objetivo de disseminar notícias de entretenimento e “fofocas” nas redes sociais Instagram e Twitter. A partir de 2022, no entanto, as contas passaram a cobrir outras editoriais, chegando a trazer notícias sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia, e outros assuntos políticos, como o contexto das disputas eleitorais presidenciais brasileiras. Em 2023, a página chegou a sair do ar, depois que uma jovem de 22 anos, Jéssica Vitória Dias Canedo, cometeu suicídio em razão de uma fake news publicada por eles.

observação foi que, mesmo quando não falavam diretamente conosco, eles mantinham conversas paralelas relacionadas aos assuntos tratados dentro do encontro. Percebemos, ainda, muitos comentários interessados na discussão proposta, apesar da agitação do grupo. Um caso muito marcante foi o de um aluno que nos procurou no final da aula para perguntar sobre um curso recomendado durante a apresentação.

Ao fazer perguntas e tirar dúvidas, os participantes demonstravam considerável conhecimento prévio sobre os tópicos, muitas vezes sem nomeá-los da mesma forma que nós. Apesar da timidez de alguns e de um possível desinteresse de outros, muitos pareceram querer participar das dinâmicas que propomos, respondendo às nossas perguntas, tentando descobrir quais dos casos que mostramos eram “fato ou fake”, pegando seus celulares para investigar sobre bolhas sociais em suas redes, fazendo comentários e contando histórias de suas próprias realidades. Observamos, ainda, que a desinformação está presente no cotidiano dos interagentes e muitos se mostraram surpresos quando descobriram que algumas histórias de ampla circulação se relacionavam a informações falsas.

Embora na maior parte das vezes ainda dissessem que consideravam a política “um assunto chato”, que “não gostavam de falar sobre política” ou que “não entendiam do tema”, na prática, conheciam os assuntos que trouxemos ao longo dos três encontros, inclusive aqueles estritamente ligados ao processo eleitoral, como a compra de votos e a prática de “boca de urna”. Também revelaram, a partir de suas falas, que acompanhavam os debates presidenciais da televisão, mesmo que indiretamente, através do que os adultos comentavam ou pelas redes sociais digitais, mostrando ter uma visão crítica sobre o processo.

Ainda que no nosso questionário a maioria avalie como importante a nossa ação, o grupo continuou demonstrando que preferia evitar o assunto. Eles mencionaram que “toda vez que o debate é sobre política, acaba em briga”; além disso, o cenário de polarização que mencionamos, com uma enxurrada de propagandas falsas circulando, os deixava bastante desesperançosos.

Nos parece que a aversão, que, como discutimos, tem relação direta com a exclusão sistemática de porções inteiras da população dos processos políticos e da falta de condições materiais para exercer a cidadania, tem relação, ainda, com o momento de extrema polarização que se manifesta de forma violenta contra as maiorias minorizadas. Para os jovens e adolescentes que encontramos, posicionar-se politicamente pode representar um risco, sobretudo para aqueles que se encontram em posições subalternizadas em relação aos marcadores sociais da diferença. Mas também pode representar um caminho para expressar suas demandas e falar de suas identidades, ainda que não possam manifestar-se através do voto.

Num dos grupos que participou do debate, trazendo questões relativas a gênero, observamos que o debate político abriu a possibilidade de valorizarem outras visões de mundo e contrapor uma cultura machista e patriarcal muitas vezes mimetizada pelas juventudes, que ainda não podem ou não desejam fazer escolhas diferentes do grupo familiar. Ao final do segundo encontro, feliz de poder falar dos perfis que segue nas redes sociais digitais, e sobre como



influenciam sua identidade em relação a cor e gênero, um participante nos procurou para agradecer o encontro e fez um comentário: “vamos conversar mais sobre isso”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados 200 anos da proclamação de um regime republicano que desde a sua origem excluiu mulheres, pessoas negras, povos originários, analfabetos, crianças e adolescentes e outros grupos sociais considerados impróprios ao exercício da cidadania, nos deparamos com mais um desafio à frágil democracia brasileira: a ascensão da extrema direita. As eleições de 2018 significaram não apenas a consolidação de figuras políticas alinhadas a um liberalismo econômico o mais distante possível das garantias individuais e coletivas, como também representaram a face visível do que muitos cientistas políticos vêm chamando de “crise da democracia” e “desdemocracia”, embora no Brasil ambas tenham contornos diferentes.

Com discursos que desqualificam a democracia representativa como forma de resolução de conflitos, essas lideranças minam as bases democráticas “por dentro”, ascendendo às posições mais destacadas nos poderes executivo e legislativo através do voto direto. Não se pode compreender esse processo sem uma reflexão histórica sobre o papel do “povo” na arena política brasileira, tampouco se pode explicar o cenário atual sem recorrer ao estudo das formas comunicacionais que ajudaram a eleger tais figuras.

O uso das tecnologias digitais para popularizar discursos de ódio contra grupos indesejados, afirmar valores conservadores (em muitos casos racistas, sexistas e xenófobos) e espalhar todo tipo de desinformação tiveram papel fundamental no pleito de 2018 e seus desdobramentos. Ao longo dos quatro anos de governo, o chefe do executivo usou a desinformação como arma política. Um documento produzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apontou a materialidade de provas do que se convencionou chamar de “gabinete do ódio” durante a gestão de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República: “verdadeira ‘organização criminoso’ de forte atuação digital e com núcleos de ‘produção’, de ‘publicação’ de ‘financiamento’ e ‘político’ (...) com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito”<sup>21</sup>.

Considerando que mídia e política têm uma relação estreita e antiga, podemos considerar que ações para o letramento midiático e informacional podem tornar os sujeitos e as sujeitas mais aptos e aptas para o exercício da cidadania. Mas esse exercício esbarra, ainda, no legado político que as antigas gerações deixam para as próximas e nas condições materiais e subjetivas para que as juventudes se expressem politicamente nos seus próprios termos, questionando enquanto se impõem, à sua maneira, e influenciam os processos.

Refletir sobre a relação entre mídia, política e democracia com e a partir das juventudes nos traz algumas perspectivas e olhares sobre o tamanho do desafio de (re)construir um pacto social que contemple os diversos grupos populacionais.

Mas também nos dá pistas de como fazer esse percurso de uma forma mais plural, verdadeiramente cidadã e, portanto, mais coletiva e representativa.

É importante salientar que as observações registradas nessa ação não nos permitem inferir padrões de comportamento para o conjunto da população juvenil em relação às mídias e à política, mas apontam alguns caminhos para o debate sobre políticas de letramento midiático e informacional. Observamos, em primeiro lugar, que tanto o consumo midiático dos jovens está atravessado pela perspectiva política, quanto sua visão sobre a política está imbricada com o que se passa nas mídias.

Os dados mostram que a juventude participante do Projeto Graiel acompanha de muitas formas os embates na arena política, inclusive pelas mídias. E a despeito do seu aparente desinteresse sobre o que se passa na política institucional, reconhece o posicionamento de diversos atores em relação a temas de seu interesse, bem como identifica as divergências entre eles. Apesar disso, demonstra desconhecer como essas discussões no nível ideológico se transformam em políticas públicas que vão impactar seu cotidiano e ampliar ou restringir seus direitos.

Por isso, compreendemos que programas de letramento midiático e informacional não devem centrar-se apenas nos aspectos instrumentais para participação do ambiente digital. As habilidades para participar de uma cultura digital de maneira informada vão além do uso das tecnologias, estas já muito presentes no cotidiano de muitos e muitas. Esses programas precisam considerar e proporcionar uma ampliação dos repertórios políticos desses sujeitos e sujeitas.

Também não é possível manter o debate em torno da questão do letramento midiático apenas enquanto instrumentalização do uso das redes digitais. É necessário incluir a problematização da não-regulação da mídia e das *Big Techs*. A atuação dessas empresas, muitas vezes, serve à manutenção dos interesses de classe e do mercado em detrimento do bem-estar coletivo. Essas empresas influenciam o debate político e não o fazem de forma saudável, muitas vezes propagando desinformação, preconceito e ódio político. Assim, a não-regulação dessas grandes empresas é responsável por grande parte desse cenário hostil que tanto repele os jovens.

Indicamos a importância de um fazer político centrado na realidade dos jovens, com os jovens e pelos jovens. Não se pode produzir políticas para as juventudes sem as juventudes, como essa experiência nos mostra. São eles e elas, enquanto sujeitos e sujeitas políticas, que podem nos indicar os melhores caminhos para atender suas próprias demandas, construindo, enfim, uma cidadania mais participativa, plural e, portanto, verdadeiramente coletivizada.

21. LAGO, Rudolfo. Documento do STF explica como funciona o "Gabinete do ódio". *Congresso em Foco*. 29 ago. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em 12 mar. 2024.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BRASIL. Agenda Juventude Brasil:** pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. O debate Pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; BAQUERO, Marcello. Juventude e Cultura Política na Era da Pós Verdade: Avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake news e política. **Conexão Política**, v. 10, n. 1, p. 5-28, 2021.

BRAGA, Adriana; MONTENEGRO, Claudia. Plataformas, neoliberalismo e o ativismo dos bots: o legislativo e a sociedade a reboque da desinformação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 46, p. e2023130, 2023.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais [...]**. Marília: ENANCIB, 2018. p. 3316-3330.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globo, 2013.

HENARES DE MELO, Marcia Cristina; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: Uma Proposta Metodológica para a Construção de um espaço de Diálogo no ensino médio. **Imagens da educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

FELIX, Carla Baiense; ROCHA, Victor Nascimento; CASTRO, Patrícia Fernandes Viana Franco. MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro Mendes; FONTES, Helen Pinto de Britto. Juventude e trauma geracional: como os jovens brasileiros respondem à pandemia e à infodemia da Covid-19. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5708, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5708. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5708>. Acesso em: 11 set. 2024.

LAGO, Rudolfo. Documento do STF explica como funciona o “Gabinete do ódio”. **Congresso em Foco**. Brasília, DF, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Digital news report 2023**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023.

PORTAS, Isabela Afonso. **Literacia midiática e juventude: caminhos para a formação de cidadãos políticos no combate à desinformação**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2023.

PROJETO voltado à transparência da mídia é lançado no Brasil. **Intervozes**, São Paulo, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projeto-voltado-a-transparencia-da-midia-e-lancado-no-brasil/>.

SCHNEIDER, Marco; PERISSÉ, Camille; KLEINSORGEN, Natália. Trotsky e o Facebook: as “jornadas de junho”, o problema da estratégia e a disputa nas (novas e velhas) mídias. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 1, p. 69-85, 2014.

SPINELLI, Egle Müller; PORTAS, Isabela Afonso. Mídia e desinformação: consumo de notícias políticas pelos jovens paulistas. **Esferas**, n. 29, 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.